

PROJETO DE ESTUDO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DE VOUZELA (VISEU): OBJETIVOS E PRIMEIROS RESULTADOS

Manuel Luís Real¹, António Faustino Carvalho², Catarina Tente³

RESUMO

O presente projeto (2016-2019) visa o estudo do património histórico-arqueológico vouzelense. Encontra-se estruturado em quatro eixos de investigação – levantamento toponímico e documental, prospeção arqueológica, estudo de materiais conservados em museus, e escavação de sítios selecionados – que produzirão os conhecimentos científicos necessários para a valorização futura daquele património. O território é tratado diacronicamente, desde a Pré-História (o megalitismo em particular) à Idade Média, incluindo os vestígios de mineração até épocas mais recentes. Como resultado final, obter-se-ão não apenas as bases programáticas daquele projeto de valorização, mas também um inventário detalhado do património, permitindo a atualização e aprofundamento da carta arqueológica já existente, com dados inéditos e outros que se encontram por ora dispersos.

Palavras-chave: Vouzela, Património cultural, Idade Média, Megalitismo, Mineração.

ABSTRACT

This project (2016-2019) focuses on the historic and archaeological heritage of the Vouzela municipality. It is structured according to four research lines – toponymical and documental inventory, archaeological survey, study of materials stored in museums, and excavation of selected sites – that will produce the scientific knowledge necessary for subsequent valorisation of this heritage. The territory is approached diachronically, from the Prehistory (megalithism in particular) to the Middle Ages, including the mining testimonies dated to more recent times. The outcome will be twofold: on the one hand, a basis for the valorisation program, and on the other a detailed inventory of the heritage. The latter outcome will allow the updating of the available archaeological mapping with presently scattered, unpublished data.

Keywords: Vouzela, Cultural heritage, Middle Ages, Megalithism, Mining.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sistemático do património histórico-arqueológico vouzelense não se pode dissociar da figura de Aristides de Amorim Girão (1895-1960), natural de Fataunços e pioneiro dos estudos arqueológicos da região de Lafões. No domínio da arqueologia, a sua obra maior, as “Antiguidades Pré-Históricas de Lafões” (Girão, 1921), é uma compilação de toda a

informação então disponível, enriquecida com dados de terreno obtidos pelo próprio, pelo que constitui, ainda hoje, uma referência incontornável. O conhecido mapa publicado nesta monografia, que reproduzimos na nossa Figura 1, é eloquente quanto aos resultados desse esforço (Figura 1).

O prosseguimento da investigação arqueológica no município de Vouzela tem, desde então, decorrido de forma intermitente e com trabalhos mais ou me-

1. Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa; manuelluisreal@gmail.com.

2. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Gambelas, 8000-117 Faro; afcarva@ualg.pt.

3. Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa; catarina.tente@gmail.com.

nos sistemáticos, incluindo levantamentos arqueológicos vários (p. ex., Marques, 1999). Hoje, esse trabalho resulta num conjunto muito assinalável de informação que, no entanto, urge reunir, organizar e interpretar para valorização futura. Nesse sentido, e por iniciativa da própria Câmara Municipal de Vouzela, foi solicitada aos signatários a elaboração de um projeto de investigação no domínio da História e da Arqueologia que visasse, numa primeira fase, a sistematização da informação disponível, desde a toponímia aos achados no terreno, e a realização de novos trabalhos de prospeção e escavação que pudessem proporcionar novos elementos para o conhecimento do passado vouzelense. Este projeto, intitulado “Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela” – ou, de modo simbólico e abreviado, “Lafões” – teve início em 2016 e prolongar-se-á até 2019. O objetivo do presente texto é, pois, a apresentação do mesmo e dos principais resultados obtidos do decorrer do seu primeiro ano de funcionamento.

2. HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE VOUZELA, UMA BREVE PANORÂMICA DIACRÓNICA

Do período pré-histórico conhecem-se em Vouzela numerosos monumentos megalíticos, cujas fases iniciais de construção deverão datar da passagem do V para o IV milénio a.C., se se extrapolar para a região as cronologias absolutas disponíveis para outros setores da Beira Alta (p. ex., Cruz, 2001). A inexistência de ocorrências pré-neolíticas – assim como de contextos habitacionais anteriores ao final da Idade do Bronze – dever-se-á a lacunas na investigação que não se poderão desligar de fatores tafonómicos de escala regional responsáveis pela obliteração de sítios abertos e sem estruturas perenes (principalmente, erosão de vertentes e acumulação de espessos depósitos nos fundos dos vales). Para além desta dificuldade, note-se ainda que, das 27 entradas de monumentos megalíticos e mamoaes constantes da base de dados Endovélico à data de início deste projeto, apenas as necrópoles da Malhada de Cambarinho e do Ventoso (ou da Cova da Moura) ou a anta da Lapa da Meruje terão sido escavadas com carácter sistemático. A maior parte destes trabalhos teve lugar no início do século XX, por iniciativa de Girão (1921), tendo tido um impacto muito significativo nos estudos megalíticos da primeira

metade do século XX no nosso País – veja-se, a título de exemplo, as considerações que Ihes dedica Mendes Correia (1924) em “Os Povos Primitivos da Lusitânia”. Depois, a investigação foi interrompida e mesmo ultrapassada pelos desenvolvimentos que tiveram lugar em concelhos limítrofes, de que o caso de Antelas (Castro *et al.*, 1957) é apenas o mais eloquente. Nesta fase, os sítios vouzelenses constam de listagens e inventários megalíticos a escalas regionais (Castro *et al.*, 1956; Moita, 1966; Leisner, 1998), mas não terão sido objeto de novos trabalhos de escavação (Cardoso, 1999). Só muito mais tarde, na década de 1990, voltaria a ser investigada a Malhada de Cambarinho, pela empresa ArqueoHoje (Carvalho *et al.*, 1993), e ainda assim apenas para fins de limpeza e consolidação do monumento. Ou seja, mesmo este importante património pré-histórico encontra-se muito mal documentado no município, limitação agravada pela persistente escassez de espólio que tem revelado até hoje. Com efeito, apenas o monumento n.º 1 desta necrópole proporcionou um conjunto artefactual expressivo que inclui geométricos, pontas de seta e lâminas em sílex (Leisner, 1998: tafel 10, n.º I-14-19).

No entanto, o concelho de Vouzela situa-se em plena área megalítica do médio Vouga, isto é, uma região charneira entre o litoral de Aveiro e os planaltos da Beira Alta, palco de um dos mais expressivos conjuntos megalíticos conhecidos em território nacional. E nesta sua localização reside a importância muito singular que o megalitismo vouzelense assume, não só local ou regionalmente, mas também a outra escala: a das redes de interação e de circulação de pessoas e bens que se terão desenvolvido no – e, segundo diversos autores, terão mesmo dado origem ao – megalitismo da fachada atlântica do continente europeu. Aspectos como a arquitetura dos monumentos, a sua cultura material (em particular, se incluir artefactos fabricados em matérias-primas exógenas, tais como a variscite ou a fibrolite) ou as manifestações de arte megalítica, são elementos que poderão fornecer informações cruciais a este respeito.

Na sequência diacrónica, o momento seguinte representado no município de Vouzela é a Proto-História, de que se conhecem diversos povoados fortificados, alguns dos quais já objeto de intervenções arqueológicas sistemáticas. É o caso do Cabeço do Couço (Marques, 2014) e do Paços de Vilharigues (Marques, 2014; Pedro *et al.*, 1994: 146), que conterão ocupações da Idade do Bronze e do Ferro

(no primeiro caso) e da Idade do Ferro e de época romana (no segundo caso). Alguns destes castros vouzelenses terão sido depois romanizados, à semelhança de outras situações homólogas documentadas nas áreas regionais envolventes (p. ex., Silva e Pereira, 2010). Vouzela foi, na época romana, um importante eixo de ligação entre o litoral e a *civitas* de Vissaium (Marques, 2014). Por aqui passariam duas vias principais, de que se conhecem diversos marcos miliários, um deles, atribuído ao século III, integrado na coleção do Museu Municipal de Vouzela (miliário de Vouzela, milha XVIII). Para além dos vestígios epigráficos, alguns deles existentes em afloramentos, pouco mais se conhece sobre as características do povoamento romano, uma vez que não existem dados provenientes de escavações arqueológicas de sítios de fundação romana ou localizados nas áreas de vale. Apenas estão identificados alguns locais onde se fizeram recolhas de superfície e que constam da carta arqueológica (Quintas da Tapada, da Cruz, do Paço, do Sabugueiro, etc.; cfr. Marques, 1999: 32-38). É muito provável, no entanto, que possa ter existido uma exploração sistemática dos recursos minerais durante esta fase histórica, como o parecem sugerir alguns dados já compilados no decorrer do presente projeto (ver adiante). Ainda são reduzidos os conhecimentos sobre o período correspondente às monarquias suevo-visigoda. Apenas uma lucerna, de provável de fabrico bracaraense, com iconografia cristã, encontrada em trabalhos agrícolas e que se encontra hoje no Museu Municipal de Vouzela, documenta para já o período histórico de transição. Apesar do silêncio das fontes para os primeiros contactos entre as gentes de Lafões com o mundo islâmico, os mesmos aparentam ter sido pacíficos, como o comprovam as breves alusões documentais referentes a cidades do ocidente peninsular que negociaram a rendição e, inclusivamente, como o parece testemunhar o próprio topónimo “Sul” (ou “*Sur*”, nos textos medievais), derivado de “*Suhl*”, que significa “Pacto” em árabe (Real, 2013a: 208-209; 2015: 39-41). Assim, e contrariando a tradicional teoria do ermamento, o território continuou ocupado, à semelhança de outros seus vizinhos. Durante este período parece ter emergido uma elite local que terá sido o ponto de contacto privilegiado com a gentes do Norte e do Sul. A presença de uma incipiente estrutura de poder deverá ter sido o elemento impulsionador dos primeiros contactos com presores cristãos, durante

o reinado de Afonso Magno (866-910). A verdadeira colonização nortenha dá-se na transição do século IX para X com a chegada de um grupo de membros da alta nobreza galaico-asturiana, que se tinha rebelado contra o seu rei. O mais veterano era o seu próprio irmão, Bermudo, apoiado pelo conde Diogo Fernandes e outros nobres. Dados documentais e toponímicos apontam para o seu estabelecimento nas duas margens do Vouga, em Bordonhos e em Moçâmedes (Real, 2013a: 211-217; 2013b: 84-88). Nesta última localidade terá sido criado, pelos condes Diogo Fernandes e Onega, o terceiro filho do príncipe Ordonho – sendo este, então, senhor da Galiza – o qual veio a ser temporariamente rei em Viseu (926-930), antes de ascender ao trono de Leon com o epíteto de Ramiro II.

Deste período conservam-se vestígios arqueológicos, entre outros locais: na capela de S. Martinho, nas Caldas de Lafões; no lugar do primitivo assento da igreja de Santa Marinha, em Paços de Vilharigues; e, também, em prédios vizinhos da igreja de Figueiredo das Donas. Na Senhora do Castelo localizava-se o célebre castelo de Lafões, que no século XI se tornará a cabeça de terra, e cujo nome deriva aparentemente da designação dada aos dois montes que aí se erguem, lado a lado, e que em árabe eram conhecidos por *al-ahwayn*, ou “Os Dois Irmãos” (Aillet, 2005a: 300; 2005b).

Após a reconquista de Almançor (c. 987-997), esta região atravessou um período de grande estabilidade, que foi acompanhado pela afirmação progressiva de elites locais. E, efetivamente, o aparecimento precoce de informações sobre uma série de templos no aro imediato de Vouzela demonstra, claramente, a existência de uma sociedade com meios e ambição suficientes para fundar edifícios religiosos, uma das prerrogativas na manifestação de poder usada pelas elites da época. É notória a concentração de igrejas nesta região face a outros territórios do centro de Portugal, onde as mesmas são escassas ou inexistentes até ao século XII. Em contrapartida, em Lafões são poucas as sepulturas escavadas na rocha, que, no entanto, são muito abundantes nos territórios vizinhos. Esta análise comparativa e as suas explicações foram já encetadas (Tente, 2017), mas desenvolver-se-ão no decurso deste projeto.

Um outro lugar de referência medieval do concelho de Vouzela é a velha honra de Moçâmedes, antiga casa-mãe da estirpe lafonense e que, por motivos ainda não totalmente esclarecidos, aparece reguen-

ga nos inícios do século XII. Na verdade, em 1133, a respetiva “*villa*” será doada por D. Afonso Henriques, possivelmente a um bastardo da rainha D. Urraca, Fernão Peres “Furtado”. Mais tarde, em 1389, na sequência da instabilidade ocorrida com a crise dinástica, estes bens vão parar às mãos de Gonçalo Pires Almeida, do qual descendem os Senhores de Moçamedes, que desempenharam papel relevante na região e em vários momentos da História nacional. Ao que parece, a segunda mulher deste Gonçalo Pires, D. Inês Anes, terá sido ama de leite do Infante D. Henrique. Foram igualmente aios do príncipe, o cavaleiro da Ordem de Cristo, D. Vasco Gonçalves de Almeida, e sua mulher D. Mécia Lourenço. Mas a epígrafe em que estes atestam essa honraria – conservada na casa-mãe da Ordem – refere simplesmente que foram seus “amos”. Tal pode ter acontecido já quando ele era criança mais crescida ou quase adolescente. É abusivo considerar que foram os únicos amos, especialmente como criadores logo à nascença, e tem-se caído insistentemente nesse erro. De facto, um documento referente ao dote de casamento de um filho de Gonçalo Pires e Inês Anes, João de Almeida, aponta este último, expressamente, como “colaço” do Infante D. Henrique (Comissão... 1962: 287). Ora, isto pode indiciar que ele tenha passado os primeiros anos de vida nesta localidade. E o aparecimento de diversas casas nobres na região de Vouzela, entre os séculos XIII e XV, com algumas ainda de pé, explica que este concelho seja um exemplo invulgar de preservação de casas-torre senhoriais, de que são exemplo as de Cambra, Vilharigues e Alcofra (Fig. 2). Duas destas torres tiveram trabalhos arqueológicos de escavação. A torre de Vilharigues foi intervencionada em 2011 no âmbito do projeto de valorização pela empresa ArqueoHoje, estando os resultados prestes a ser publicados (Santos *et al.*, s.d.). A Torre de Cambra foi intervencionada em 1997, por J.A. Marques (1999: 40; 2005: 61), tendo sido recolhidos vestígios diversos que o autor baliza entre os séculos XII/XIII e os séculos XVI/XVII (Figura 2).

3. OBJETIVOS DO PROJETO E PRIMEIROS RESULTADOS

O projeto Lafões visa, em essência, a sistematização da informação histórico-arqueológica do concelho de Vouzela e a obtenção de novos dados que permitam colmatar algumas das lacunas de conhecimento

mais salientes. O conjunto de dados assim reunidos constituirá a base sobre a qual se procederá, com a conclusão do presente projeto, à elaboração de um programa que vise, através de diversas valências e ações a definir nesse momento, a valorização deste património e a definição de estratégias para o seu usufruto público. Para o efeito, o projeto estruturase em quatro eixos de investigação, que se constituem como os objetivos principais do mesmo: 1) levantamento documental e toponímico detalhado; 2) prospeção arqueológica direcionada para pontos-chave do território; 3) estudo dos espólios de escavações antigas; 4) escavação e/ou sondagem de sítios arqueológicos selecionados.

A pesquisa documental tem-se orientado em dois sentidos: recenseamento e estudo de fontes escritas sobre o território de Lafões; levantamento da microtoponímia do concelho de Vouzela. Quanto ao primeiro aspeto, tem-se procurado identificar toda a documentação existente até finais do século XII, relativa à antiga Terra de Lafões. A recolha estende-se a períodos mais recentes para o território do concelho, com particular incidência para a baixa Idade Média, se bem que, pontualmente e em casos justificados, também se faça recurso a fontes de época moderna e contemporânea. Da pesquisa já efetuada e em conjugação com trabalho de campo, foi já possível identificar vinte e oito igrejas e mosteiros em Lafões, entre os séculos IX e XI. A outra vertente diz respeito à inventariação sistemática da microtoponímia em todas as freguesias que hoje integram o município de Vouzela⁴. A estratégia seguida passa pela consulta dos registos prediais constantes do arquivo do Serviço de Finanças de Vouzela. Foram consultadas mais de duas dezenas de livros, contendo dados sobre matrizes antigas (a. 1899 e princ. séc. XX), bem como as respeitantes às reformas de c. 1935/37 e c. 1976. Durante este primeiro ano de vigência do projeto foram vistos os livros de cinco das freguesias, tendo-se registado o seguinte número de microtopónimos: Cambra (2422 mtop), Fataúncos (932 mtop), Paços de Vilharigues (985 mtop), S. Miguel do Mato (518 mtop) e Ventosa (2623 mtop). Neste cômputo incluem-se nomes compostos e seus derivados, por desdobramento. Há repetição de nomes em localidades distintas, por desconheci-

4. Esta tarefa está a cargo de Daniel Melo, colaborador da Câmara Municipal de Vouzela, e que integra a equipa do presente projeto.

mento ou flutuação dos respetivos limites. Trata-se de um instrumento de pesquisa que se está a revelar essencial para múltiplos objetivos: inventário arqueológico (covas, antas, castros, marcos divisórios, calçadas, pontes, antigos templos ou oragos, sepulturas, fojos mineiros, forca, soengas, achados fortuitos, etc.); localização de topónimos constantes da documentação medieval e cuja memória quase desapareceu; caracterização do território do ponto de vista orográfico, hidrográfico, geológico, agrícola, florestal, ganadeiro, etc., assim como sobre diversas formas de povoamento (aldeias, casais, quintas, etc.) e de aproveitamento dos recursos naturais (represas, moinhos, minas, etc.). A oportunidade desta pesquisa é revalorizada pela circunstância de estar a desaparecer a memória de muitos microtopónimos, seja pelo abandono das terras de lavoura e pastoreio, seja porque no cadastro mais recente, por mero facilitismo, se tenham agregado vários nomes antigos numa única e imperfeita designação. Com o apoio da população local – lavradores, pastores e antigos exploradores de volfrâmio – tem-se conseguido identificar muitos locais com potencial interesse arqueológico, os quais estão a ser georreferenciados por GPS.

Até ao momento, a prospeção arqueológica foi fundamentalmente dirigida para a realocação das referências a sítios já conhecidos e à avaliação das suas atuais condições de conservação. Um dos principais problemas encontrado na prospeção é a densa vegetação que, em muitos dos casos, impossibilita a visualização do solo ou a própria progressão no terreno. Ainda assim, alguns progressos foram já atingidos (ver abaixo). Foi feito algum reconhecimento no terreno, a partir de indicações obtidas junto da população local sobre eventuais vestígios antigos. Tal estratégia possibilitou a identificação de alguns abrigos sob rocha, dois dos quais a intervencionar em 2017: o Abrigo da Abelheira, sítio inédito localizado próximo da anta da Lapa da Meruje, e a Casa dos Mouros de Vale do Redondo, também inédito, situado próximo da aldeia de Queirã. Os vários castros proto-históricos conhecidos foram já visitados, tendo-se observado a sua afetação pela atividade dos madeireiros, nomeadamente no Outeiro do Castro, após o incêndio que atingiu a zona de Fornelo do Monte. Apesar das referidas dificuldades sentidas no terreno, os trabalhos de prospeção permitiram já a identificação povoados menos conhecidos e em excelentes condições de conservação, como é o caso

do Castro de Zibreiro (situado entre Alcofra e Vilharigues) e um presumível povoado mineiro, inédito, em Santa Cruz, nas proximidades de Caria.

Para se atingir uma visão estrutural da organização do território, as pesquisas no terreno também estão a ser orientadas para dois tipos de testemunhos. A identificação de caminhos tradicionais, mesmo os de carácter secundário – de que restam inúmeras calçadas, algumas delas hoje já intransitáveis – poderão fornecer importantes pistas sobre a dinâmica socioeconómica da região, em épocas mais recuadas. Outro aspeto não menos relevante é o da inventariação das antigas balizas de demarcação da propriedade, pois refletem o quadro da implantação senhorial. O zonamento da exploração do território não se pode desligar das características e potencialidades económicas das diversas partes que o compõem, assim como das vicissitudes do devir histórico da região. Para já, estão identificados marcos divisórios relacionados com propriedades do Rei, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, da Universidade de Coimbra e de senhorios particulares que, provisoriamente, relacionamos com Abreu e Melo (senhor de Alcofra) e Almeida e Vasconcelos (senhor de Moçâmedes).

Sendo a Senhora do Castelo (Figura 3) um local de referência em todo o território, não só pelo papel que desempenhou como castelo cabeça-de-Terra em época medieval, mas também como elemento geográfico de referência na paisagem, foi já realizada a prospeção sistemática das suas vertentes. O topo do monte foi profundamente alterado, não só por sucessivas obras de construção da capela dedicada à Senhora do Castelo, que sofreu vários momentos de construção e ampliação, mas também pela implementação de antenas de comunicação. Nas vertentes é possível ainda reconhecer duas sepulturas escavadas na rocha, já referenciadas (Girão, 1921: 16; Marques, 1999:49; 2005: 71; 2014: 57), e diversos derrubes de muralhas, bem como alguns pedaços de cerâmica. Tudo indica, portanto, que o antigo castelo se encontra praticamente destruído. Porém, pretende-se no âmbito deste projeto realizar ali algumas sondagens, para averiguar a eventual existência de contextos arqueológicos preservados.

Outros dados importantes da prospeção relacionam-se com o reconhecimento de elementos arquitetónicos e epigráficos, hoje dispersos, mas que integrariam antigos templos medievais. Entre eles, conta-se um fuste de coluna recentemente vanda-

lizado, com seu capitel, que serviam de apoio a um cruzeiro, junto à igreja de Queirã. Mas um dos mais emblemáticos achados, neste âmbito, foi a inscrição hoje integrada na parede de um curral na aldeia de Figueiredo das Donas (Figura 4) e que, conjuntamente com outros elementos arquitetónicos integraria, certamente, a igreja que ali existiu entre os séculos X e XI. É a seguinte, a sua leitura: + AURIA-SU / CRESCON[es] / FECIT. Pelo respetivo teor, estaremos perante o nome do patrono ou construtor, alguém que, devido à sua riqueza ou por estar ligado à prospeção aurífera, recebeu ou adotou o nome de *Auriasu* (“Auri+assu”, que em latim significaria “de ouro puro”).

Também no que se refere às torres senhoriais da baixa Idade Média, foram recolhidas informações orais e toponímicas para a existência de mais construções deste tipo, o que possibilitou a identificação de outras que eram, até ao momento, desconhecidas: Loumão, Levides e Sacorelhe. E existem pistas que nos apontam para mais sítios ainda por explorar. Todavia, tem sido infrutífera a demanda para encontrar o local onde se situaria a torre de Bendavises, que Amorim Girão refere ter sido demolida em 1886 para edificar uma casa particular (Girão, 1921: 13; ver também Marques, 1999: 43).

Um tema identitário da região que estamos a analisar é o da mineração. O seu estudo não pode deixar de considerar a intensa atividade de exploração aí desenrolada até aos anos 70 do século passado, até porque frequentemente ela incidiu sobre locais intervencionados desde alta antiguidade. Para o efeito, a equipa tem-se socorrido de fontes bibliográficas e documentais diversas, com destaque para os registos oficiais da concessão de minas⁵ e da microtoponímia, assim como do apoio entusiástico de antigos exploradores de volfrâmio, que muito têm contribuído para o mapeamento das jazidas e locais de interesse arqueológico a elas associados. O concelho de Vouzela, além da intensa produção de volfrâmio, tem permitido explorar estanho (Figueiredo, Bejanca, Fojo, Vale de Susão, etc.) e ouro (Vouzela, Vila Nova, Bejanca, Porteira, Vale de Susão, etc.) e, inclusive, possui algum urânio (Fundegos, Serrinha, etc). Houve explorações, tanto por intermédio de galerias e poços, como através de do garimpo de aluvião ou com perfurações a céu aberto. A cartografia

5. Existem oito livros de registo no arquivo da Câmara, entre 1907-1979, faltando, porém, o primeiro volume da série.

das zonas de exploração está a fornecer dados muito interessantes, nomeadamente pela associação de parte da rede viária à estrutura geológica do subsolo. A estreita relação entre certos troços de via e a orientação de alguns dos principais filões de minério (por exemplo, entre a Mina do Cume e Carvalhal de Estanho, ou entre Queirã e Vasconha) faz supor um antecedente remoto para o traçado dos velhos caminhos, os quais poderão acaso remontar ao Bronze Final, quando o território era já procurado para a exploração de estanho. Ainda estamos numa fase inicial da investigação, mas parece haver indícios de um poço e galerias de exploração romana, ainda conservados na Senhora do Castelo, assim como, na vertente de Fataunços, de um possível moinho de trituração de minério. Para além disso, foi identificado um recinto até hoje inédito, no outeiro de Santa Cruz, próximo de Caria e sobranceiro à Ribeira das Levadas – topónimo eloquente, pois foi uma zona rica em explorações de aluvião – lugar esse que corresponderá a um povoado mineiro de época romana, senão mesmo a um local para controlo das explorações antigas entre Queirã e S. Miguel do Mato.

A única escavação arqueológica encetada no ano de 2016 incidiu num dos numerosos monumentos megalíticos vouzelenses, a Lapa da Meruje (Carvalhal de Vermilhas), um grande dólmen de câmara e corredor, diferenciáveis em planta e alçado, e com mamoa preservada em mais de metade da sua espessura original. Os critérios subjacentes a esta escolha derivaram, essencialmente, de dois fatores: em primeiro lugar, da sua localização privilegiada numa depressão a meia-encosta e a existência de infraestruturas de apoio a visitas (que serão fundamentais na valorização futura do sítio arqueológico); em segundo lugar, da verificação do enorme potencial científico que esta anta ainda apresenta. O facto de ter sido o primeiro dólmen intervencionado por Amorim Girão, que nele fez “uma ligeira escavação” (1921: 47) a 29 de março de 1917, conferiu-lhe um valor simbólico acrescido no contexto do projeto Lafões, inclusive por se estar a comemorar o centenário dessa pioneira intervenção. A realocização da escavação inicial e a avaliação da sua extensão, foi aliás um dos objetivos principais da campanha de 2016. Outro grande objetivo foi também, desde logo, a documentação da estrutura da mamoa do monumento e a sondagem do paleossolo subjacente. Para estes efeitos, decidiu-se abrir uma sanja de 14×2 m na metade sul da mamoa abarcando também

parte da câmara onde tiveram lugar os trabalhos de 1917 (Figura 5).

Os resultados obtidos em 2016 deixam antever, de facto, um monumento ainda muito bem preservado. Com efeito, tendo a escavação na câmara atingido cerca de metade da potência total do seu preenchimento (estimada em c. 200 cm), foi possível verificar que a escavação de 1917 não terá ultrapassado os 60 cm de profundidade em relação à cota da sua superfície à data de realização dos trabalhos, o que perfaz c. 85 cm abaixo da cota atual. O achado apenas de artefactos esparsos (três micrólitos em sílex) sugere que os níveis *in situ* estarão ainda conservados a cotas inferiores, daqui se percebendo, portanto, as razões do lamento de Girão (1921: 47) ao concluir que a sua escavação “[...] nada produziu digno de menção”. A campanha de 2017 deverá esclarecer em definitivo esta questão. Note-se ainda que, nos sedimentos revolvidos do topo do preenchimento da câmara e área imediatamente adjacente se identificaram artefactos cerâmicos e metálicos que testemunham eventos de reutilização deste espaço em época proto-histórica e medieval.

A escavação da mamoa, por seu lado, permitiu documentar os restos de uma couraça pétreia (severamente afetada nalguns setores pela extração de pedra, provavelmente para a construção dos muros de divisão de propriedade da envolvência) e um contraforte erigido com grandes lajes de granito dispostas na vertical em torno da câmara do monumento. Os sedimentos da mamoa são muito homogêneos, de colorações negras, e com uma importante componente argilosa, distinguindo-se com dificuldade do paleossolo subjacente no processo de escavação. Ainda assim, foi possível identificar um nível arqueológico na interface entre a mamoa e o solo original, composto por cerâmica lisa, de cozeduras oxidantes, e talhe do quartzo, de muito boa fatura. Este nível deverá ser melhor caracterizado em termos cronológicos e funcionais na campanha de 2017.

4. PERSPETIVAS DE TRABALHOS FUTUROS

Tendo o projeto tido o seu início apenas em 2016, muito trabalho está ainda por realizar. Dentro da planificação do mesmo, prevê-se ainda o seguinte conjunto de ações concretas:

- Prosseguimento das prospeções arqueológicas visando a realocação de sítios já conhecidos — como, por exemplo, dos numerosos monu-

mentos megalíticos e mamoa referenciados em diversas publicações e bases de dados – e identificação de novos locais com interesse arqueológico.

- Continuação da pesquisa nas fontes medievais, tanto cristãs como árabes, que permita referenciar toda a documentação antiga disponível sobre este território e, mais importante, que possibilite a correlação objetiva entre referências documentais e vestígios arqueológicos, assim como a interpretação conjunta dos mesmos.
- Realização do inventário do património arqueológico em articulação com a base de dados georreferenciada em uso pelos serviços camarários, para gestão do território, de forma a inserir em tempo útil os dados patrimoniais na gestão corrente da autarquia. Deste inventário constam todos os dados requeridos pelo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos de forma a que haja uma articulação facilitada e direta entre o que é exigido pela Tutela e os dados necessários a uma gestão sustentada dos recursos naturais e culturais do território.
- Cartografia sistemática de todos os caminhos e calçadas antigas, quer de cronologia romana, quer medieval e moderna. Estes vestígios, com importantes troços ainda muito bem preservados em Vouzela, são eixos centrais da estruturação do povoamento e fulcrais para a compreensão do território a partir da época romana.
- Limpeza da vegetação e levantamento topográfico sistemático de alguns povoados fortificados, como será o caso de Castêlo, em Alcofra.
- Escavação arqueológica precedida de sondagem nos abrigos sob rocha da Abelheira (Carvalho de Vermilhas) e da Casa dos Mouros de Vale do Redondo (Queirã) para verificação dos seu potencial arqueológico, no primeiro caso, ou para documentação das ocupações da Idade do Bronze final já conhecidas em achados de superfície, no segundo caso. Estes trabalhos estão previstos para 2017. Está também prevista, conquanto em datas ainda por estabelecer, a realização de sondagens na Senhora do Castelo (Vouzela) a fim de averiguar a conservação de eventuais contextos arqueológicos sobreviventes às múltiplas obras a que o monte foi sujeito nas últimas centúrias (ver acima). Será ainda avaliada a pertinência de uma sondagem no jardim interior do Paço de Moçamedes.

- Continuação dos trabalhos na anta da Lapa da Meruje. Com efeito, para além da escavação atualmente em curso e que se prolongará até 2019, realizar-se-ão igualmente trabalhos de consolidação e restauro do monumento, se necessário, para que possa, concluído o seu estudo *in situ*, ser revalorizado no próprio local de implantação e reforçar a disponibilização de conhecimentos sobre o mesmo à população vouzelense e visitante para seu usufruto.
- Em termos de difusão de resultados e de casos concretos de valorização patrimonial, a equipa continuará a prestar acompanhamento científico à autarquia e encarregar-se-á da produção de conteúdos para os projetos de requalificação e musealização das torres medievais de Vilharigues, Cambra e Alcofra. Paralelamente, será preparado um guião para a requalificação do Museu Municipal de Vouzela, projeto que irá ser levado a cabo a médio prazo.

BIBLIOGRAFIA

- AILLET, Cyrille (2005a) – *Les Mozarabes. Christianisme, islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (IX^e-XII^e siècles)*. Madrid: Casa de Velázquez.
- AILLET, Cyrille (2005b) – Aux marges de l’Islam: le château des deux frères et le dernier des Ghassanides. In DESWARTE, T.; SÈNAC, P., dirs. – *Guerre, pouvoirs et idéologies dans l’Espagne chrétienne aux alentours de l’an mil*. Turnhout: Brepols, p. 25-35.
- CARDOSO, João Luís (1999) – Monumentos megalíticos do concelho de Vouzela. *Vouzela: estudos históricos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 169-208.
- CARVALHO, Pedro Sobral; GOMES, Luís Coutinho; COIMBRA, A.M.M. (1993) – Casa da Orca da Malhada de Cambarinho (Vouzela, distrito de Viseu). *Estudos Pré-Históricos*, 1, p. 97-103.
- CASTRO, Luís Albuquerque; FERREIRA, Octávio Veiga; VIANA, Abel (1956) – Acerca dos monumentos megalíticos da Bacia do Vouga. *XXIII Congresso Luso-Espanhol. 7^a Secção: Ciências Históricas e Filológicas, VIII*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 471-481.
- CASTRO, Luís Albuquerque; FERREIRA, Octávio Veiga; VIANA, Abel (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. XXXVIII: II, p. 325-348.
- COMISSÃO Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1962) – *Monumenta Henricina*, vol. IV (1431-1434). Coimbra.
- CORREIA, A. Mendes (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: Tipografia Sequeira Lda.
- CRUZ, Domingos J. (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História recente*. Coimbra: Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento; policopiada).
- GIRÃO, António Amorim (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (1999) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vouzela*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.
- MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (2005) – *Vouzela. Património Arqueológico. Sítios e rotas*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela.
- MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (2014) – *Lafões. História e Património*. Viseu: edições Esgotadas.
- PEDRO, Ivone; VAZ, J.L.I.; ADOLFO, Jorge (1994) – *Roteiro arqueológico da região de turismo Dão-Lafões*. Viseu.
- LEISNER, Vera (1998) – *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Die Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.
- MOITA, Irisalva (1966) – Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta. *Ethnos*, V, p. 189-297.
- SANTOS, C.; PREREIRA, N.; CRAVO, S. (s.d.) – A Torre de Vilharigues [Vouzela]. In TENTE, C. (ed.) – *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu / Instituto de Estudos Medievais, no prelo.
- SILVA, A.M.S.P.; PEREIRA, G.R. (2010) – Povoamento proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural. In BETTENCOURT, A.M.S.; ALVES, M.I.C.; MONTEIRO-RODRIGUES, S., eds. – *Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do ocidente peninsular*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário / Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, p. 189-203.
- REAL, M.L. (2013a) – O Castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 12, p. 203-230.
- REAL, Manuel Luís (2013b) – O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na Alta Idade Média duriense. *Actas das 1.^{as} Conferências do Museu de Lamego / Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”*. História e Património no Douro: Investigação e Desenvolvimento. Lamego: Museu de Lamego / Direção Regional de Cultura do Norte / Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, p. 65-103.

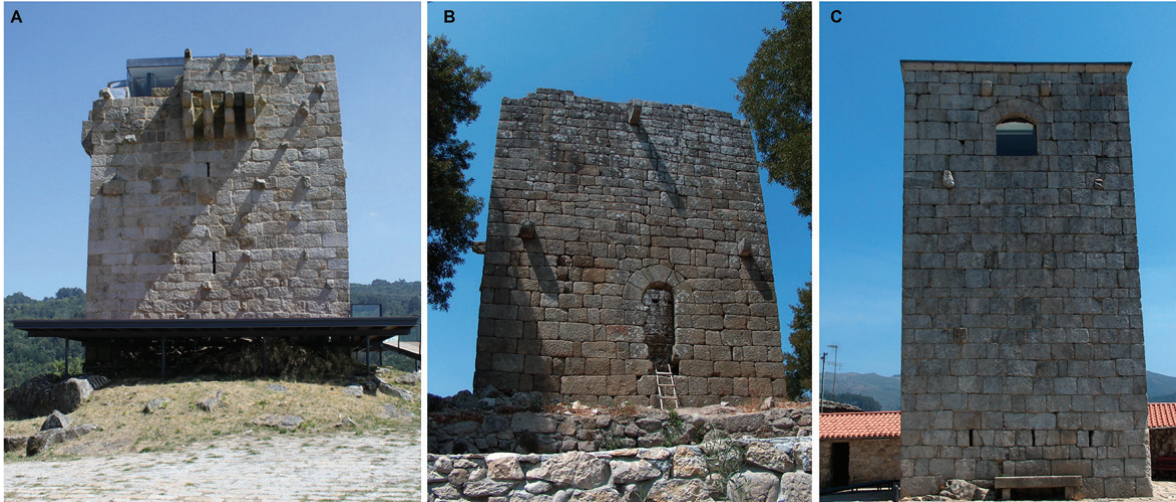


Figura 2 – Torres senhoriais medievais de Vouzela: A. Vilharigues, B. Cambra, C. Alcofra.

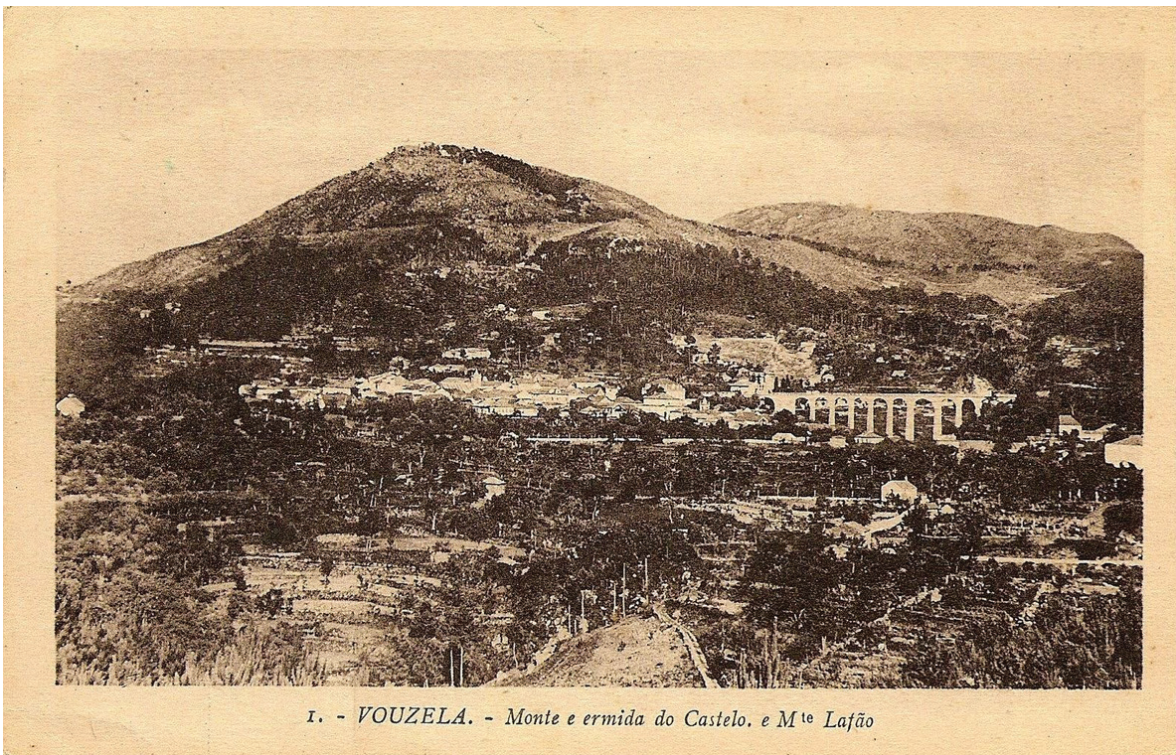


Figura 3 – Postal datado de 1920 ilustrando, em primeiro plano, a vila de Vouzela e a sua ponte ferroviária e em fundo, à esquerda, o Monte da Senhora do Castelo (antiga cabeça-de-terra do território medieval de Lafões) e, no horizonte, o Monte Lafão.



Figura 4 – Elemento epigráfico encontrado em Figueiredo das Donas.



Figura 5 – Vista geral dos trabalhos de escavação na anta da Lapa da Meruje em Julho de 2016, com a sanja aberta nesse ano em primeiro plano (fotografia aérea com drone, por Júlio Rocha).